REVISÃO DO

ESTATUTO DA CARREIRA *Docente*

CONTRIBUTO DA FNE PARA A

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

14 ABRIL 2026

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Contributo FNE para a Comissão de Educação e Ciência da AR
Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD)

A Federação Nacional da Educação (FNE) entende que a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) constitui um momento decisivo para o sistema educativo português. Não estamos perante uma revisão técnica ou marginal, estamos perante uma escolha política estruturante sobre o futuro da escola pública e sobre a valorização dos docentes que nela trabalham.

A FNE tem vindo a afirmar, de forma consistente que o atual modelo de carreira docente se revela incapaz de responder aos desafios que hoje se colocam à profissão e ao sistema educativo.

O próprio Ministério da Educação, Ciência e Inovação reconheceu a necessidade de valorizar a carreira docente, colocando ênfase na necessidade de melhorar as condições de entrada. Esse reconhecimento é importante, mas manifestamente insuficiente. Como a FNE tem sublinhado, salários de entrada mais elevados podem atrair jovens, mas só uma valorização transversal e consistente ao longo de toda a carreira os conseguirá reter.

A realidade é clara, o diagnóstico está feito e não pode continuar a ser ignorado: temos uma classe docente envelhecida, níveis elevados de desgaste profissional, dificuldades crescentes de recrutamento e um crescente sentimento de desgaste e falta de reconhecimento que ameaça a estabilidade do sistema educativo.

Perante isto, a FNE reafirma a urgência na revisão do Estatuto da Carreira Docente, que permita:

- **Valorização efetiva de toda a carreira docente**

É urgente e necessário apostar em políticas de valorização, no investimento na Educação e nos seus profissionais.

Os dados não podem ser ignorados: entre 2009 e 2023, os professores perderam cerca de 23% do seu poder de compra real, situando-se atualmente em níveis salariais abaixo da média da OCDE e da União Europeia. Esta realidade traduz uma contradição inaceitável: exige-se aos docentes elevados níveis de qualificação inicial e contínua, reconhecidos internacionalmente, mas não se assegura uma valorização salarial compatível com essa exigência.

É neste contexto que a FNE defende uma revisão da estrutura da carreira docente, garantindo aumentos salariais significativos ao longo de todos os escalões. Não basta intervir no início da carreira: é indispensável assegurar perspetivas de progressão dignas, previsíveis e motivadoras até ao seu topo.

Sem esta valorização transversal, o sistema continuará a perder profissionais experientes, a afastar os mais jovens e a agravar a já evidente escassez de docentes. Valorizar a carreira docente não é apenas uma questão de justiça, é uma condição essencial para garantir a sustentabilidade do sistema educativo.

Sem esta valorização transversal, continuaremos a assistir à saída de profissionais, ao desinteresse dos mais jovens e ao agravamento da crise de falta de docentes.

– **Contabilização integral do tempo de serviço, eliminando as ultrapassagens na carreira**

A revisão do ECD é a oportunidade para resolver em definitivo o problema das ultrapassagens na carreira. Todo o tempo de serviço cumprido tem de ser integralmente contabilizado. Esta não é apenas uma reivindicação sindical, é uma questão de justiça, de legalidade e de credibilidade do Estado.

A FNE tem afirmado de forma consistente que todo o tempo de serviço efetivamente prestado tem de ser integralmente contabilizado para efeitos de progressão. Qualquer solução que não respeite este princípio continuará a gerar distorções inaceitáveis, permitindo que docentes com menos tempo de serviço ultrapassem outros com mais tempo de tempo de serviço.

Por isso, a revisão do ECD deve consagrar uma solução que assegure a contabilização integral de todo o tempo de serviço, que corrija as distorções atualmente existentes na carreira e que impeça a repetição futura de situações de ultrapassagem.

Não resolver este problema, desperdiçar esta oportunidade no âmbito deste processo de revisão do ECD, seria perpetuar uma injustiça que há demasiado tempo penaliza os docentes e compromete a equidade na carreira.

– **Eliminação de vagas e bloqueios na progressão**

A FNE exige o fim imediato das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, conforme expressamente defendido na sua resolução. Estes mecanismos constituem um bloqueio administrativo injustificado, que penaliza milhares de docentes, contribuindo, e muito, para a desvalorização da profissão e comprometendo seriamente a sua atratividade. Acresce que a sua eliminação não pode, em circunstância alguma, dar lugar à criação de novos mecanismos de natureza semelhante, com idêntica aplicabilidade ou impacto, que perpetuem as mesmas injustiças. Tais instrumentos têm sido, aliás, fatores geradores de litigância e conflitualidade, promovendo um clima de mal-estar nas escolas, com efeitos negativos no ambiente organizacional e na necessária cultura de colaboração entre docentes.

– **Desburocratização da profissão docente**

A resolução da FNE identifica a burocracia excessiva como um dos principais fatores de desgaste profissional. A escola está hoje capturada por tarefas administrativas que afastam os docentes da sua missão essencial. A excessiva carga burocrática no sistema educativo ocupa uma parte significativa do tempo dos profissionais, desviando-os das suas funções essenciais, nomeadamente do trabalho pedagógico, da preparação letiva e do acompanhamento dos alunos.

É urgente libertar tempo para ensinar, simplificar procedimentos e devolver centralidade à relação pedagógica.

Sobre o tema da desburocratização salientamos que a FNE, em parceria com a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), criou a plataforma Simplicare.pt, uma iniciativa estruturante no âmbito da valorização do tempo profissional e da melhoria das condições de trabalho nas escolas portuguesas. que teve como objetivo a recolha e sistematização de propostas destinadas a simplificar e desburocratizar o trabalho nas escolas (consultar a plataforma em: https://simplicare.pt/; e o relatório final em: https://fne.pt/uploads/documentos//documento_1767954619_6207.pdf).

– **Revisão do modelo de avaliação do desempenho**

A FNE defende uma revisão profunda do modelo de avaliação do desempenho docente, no sentido de o tornar mais simples, mais justo e verdadeiramente formativo.

O modelo em vigor revela-se excessivamente burocrático, complexo e gerador de desigualdades, desviando os docentes do essencial da sua função. A avaliação não pode continuar a ser percecionada como um mecanismo de controlo, competição ou penalização, devendo assumir-se como um instrumento de valorização profissional e de melhoria efetiva das práticas pedagógicas.

Neste quadro, a FNE considera inaceitável a manutenção de mecanismos de quotas na atribuição das classificações mais elevadas. A qualidade do desempenho docente não pode estar condicionada por limites administrativos artificiais, que geram injustiças, distorcem resultados e alimentam conflitos desnecessários nas escolas.

A avaliação deve refletir o mérito individual de cada docente, de forma transparente e objetiva, sem condicionamentos externos que limitem o reconhecimento do seu trabalho.

Por outro lado, é fundamental reforçar a dimensão formativa da avaliação, promovendo processos que incentivem a reflexão sobre a prática, o trabalho colaborativo e o desenvolvimento profissional contínuo.

Só com um modelo justo, credível e orientado para a melhoria será possível reforçar a confiança dos professores e contribuir para a qualidade do sistema educativo.

– **Combate estrutural à precariedade**

A persistência de vínculos precários durante anos, e em muitos casos durante décadas, é incompatível com a dignidade profissional dos docentes e com a qualidade do sistema educativo.

Um sistema educativo exigente e estável não pode assentar em relações laborais frágeis e incertas. A estabilidade do corpo docente é uma condição essencial para a continuidade pedagógica, para a consolidação de projetos educativos e para a plena integração dos professores nas comunidades escolares.

A precariedade prolongada tem impactos profundos: fragiliza o compromisso com as escolas, dificulta a fixação de docentes em territórios mais carenciados e compromete a construção de relações educativas duradouras.

Neste sentido, a FNE defende a adoção de mecanismos de vinculação mais céleres, transparentes e previsíveis, que permitam reduzir significativamente o número de docentes em situação precária, garantindo-lhes uma integração estável na carreira.

É igualmente fundamental assegurar que os processos de recrutamento e colocação respeitem critérios de justiça, devendo a graduação profissional constituir o critério universal e vinculativo em todos os procedimentos de recrutamento e colocação.

Combater a precariedade é uma condição indispensável para garantir a qualidade da escola pública e a confiança no sistema educativo.

– **Melhoria das condições de trabalho**

A valorização da carreira docente não se esgota na dimensão remuneratória. As condições concretas em que os professores exercem a sua atividade têm-se degradado de forma progressiva, contribuindo de forma decisiva para o aumento do desgaste profissional.

A FNE defende a adoção de medidas concretas e estruturais que permitam devolver equilíbrio e dignidade ao exercício da profissão; a reorganização do tempo de trabalho, garantindo uma clarificação entre componentes letiva e não letiva; a redução efetiva da sobrecarga burocrática e administrativa; a diminuição da componente letiva, especialmente nas fases mais avançadas da carreira, atendendo ao desgaste acumulado; a valorização do trabalho colaborativo, com tempo próprio para a sua concretização; a melhoria do ambiente organizacional nas escolas, promovendo lideranças participadas, e relações profissionais baseadas na confiança e no respeito.

O aumento das exigências colocadas aos docentes não tem sido acompanhado pela criação de condições adequadas ao seu exercício, o que tem conduzido a níveis preocupantes de exaustão física e emocional.

Sem uma intervenção clara neste domínio, continuará a aumentar o número de docentes em situação de desgaste extremo, com impacto direto na qualidade do ensino e no funcionamento das escolas.

Melhorar as condições de trabalho constitui uma dimensão central da revisão do ECD e uma condição indispensável para a valorização efetiva da profissão docente.

– **Reforço da autoridade e do reconhecimento dos docentes**

É absolutamente imprescindível reforçar, de forma clara e inequívoca, o estatuto social, profissional e institucional dos docentes, reconhecendo o papel central que desempenham na construção de uma escola pública de qualidade e no desenvolvimento do país. A autoridade do professor não pode ser relativizada nem fragilizada: deve ser plenamente reconhecida, valorizada e juridicamente protegida, dentro e fora da sala de aula.

Importa, por isso, assegurar condições efetivas para o exercício dessa autoridade, designadamente através do respeito pelas decisões pedagógicas, do apoio inequívoco das lideranças escolares e da tutela, bem como da existência de mecanismos céleres e eficazes de prevenção e resposta a situações de indisciplina e desrespeito. O reforço da autoridade docente constitui, assim, uma condição indispensável para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, para a estabilidade do ambiente educativo e para a promoção de uma cultura de exigência, responsabilidade e confiança nas escolas.

– **Regime específico de aposentação**

A aposentação para os docentes, devidamente ajustado ao elevado nível de exigência, responsabilidade e desgaste físico e emocional inerente à profissão. Trata-se de uma medida de justiça e de reconhecimento, que deve atender à natureza particular da carreira docente e às condições em que é exercida ao longo de décadas. A consagração deste regime é essencial não só para garantir dignidade e equidade no final da vida profissional, mas também para assegurar a sustentabilidade do percurso laboral, prevenindo situações de exaustão e desgaste acumulado. Simultaneamente, constitui um fator relevante para a valorização da profissão, contribuindo para a sua atratividade e para a renovação equilibrada dos quadros docentes.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Em síntese

A FNE sublinha que o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente não pode traduzir-se em soluções tímidas, parcelares ou sucessivamente adiadas. O sistema educativo não suporta mais respostas incompletas nem intervenções avulsas: exige-se uma abordagem estrutural, coerente e ambiciosa. É imperativo construir uma carreira docente mais atrativa, transparente e justa, assente em melhores condições de trabalho, maior estabilidade e reais perspetivas de progressão, bem como num estatuto remuneratório digno e valorizado.

Um país que não valoriza os seus professores compromete a qualidade da educação e condiciona o seu futuro coletivo.

A FNE manifesta a sua total disponibilidade para contribuir de forma séria e construtiva para este processo de revisão, mas exige que dele resultem medidas concretas, consequentes e eficazes, capazes de devolver aos docentes a confiança no sistema e de afirmar, de forma inequívoca, a centralidade da profissão docente na sociedade.

Propostas e medidas mais concretas

Consultar:

■ "*Roteiro para a Legislatura 2025- 2029*" — um plano de ação estratégico que define prioridades, metas e propostas concretas para a presente legislatura. Este documento constitui um contributo fundamental para a construção de políticas públicas de Educação em Portugal, centradas na valorização dos seus profissionais, na melhoria das condições de trabalho e das aprendizagens, e na consolidação de um sistema educativo inclusivo, democrático e humanista.

■ "*Propostas* e Contrapropostas da FNE" — Negociação do Estatuto da Carreira Docente.

Lisboa, 14 de abril de 2026

A Comissão Executiva
Federação Nacional da Educação

www.fne.pt

Federação Nacional da Educação
Rua Pereira Reis, 399 | 4200-448 Porto
Tel: +351 225 073 880
Email: secretariado@fne.pt | www.fne.pt